



MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

TEMA:

Uma reflexão a respeito da questão do desemprego no Brasil
contemporâneo

Bianca de Berenguer Fernandes

Nº de Matrícula: 0114609-1

Orientador: Eduardo Pereira Nunes

Novembro de 2005



MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

TEMA:

Uma reflexão a respeito da questão do desemprego no Brasil contemporâneo

Orientador: Eduardo Pereira Nunes

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2005.

Bianca de Berenguer Fernandes

Matr: 0114609-1

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao incentivo e apoio dados pela minha mãe e meu avô, que me convenceram que a PUC seria a melhor escolha dentre todas as faculdades. Além disso, foi fundamental o especial esforço da minha mãe, para que eu pudesse alcançar todos os meus objetivos, agradeço de coração toda a ajuda e suporte, sem ela eu não teria chegado onde estou hoje.

Agradeço também a meu namorado, a toda a minha família e amigas, por toda a compreensão nos momentos em que estive ausente em finais de semana ou noites de estudo.

Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, Eduardo Nunes, por ter sido desde a época em que eu era sua monitora, um tutor e conselheiro, mais que tudo, um mestre em seu real sentido.

Menciono, ainda, alguns professores que foram fundamentais para a minha formação, com ensino e orientação de alta qualidade como Ambrózio, Juarez, Sérgio Besserman e Márcio Scalécio.

Por fim, gostaria de agradecer a atenção especial de dois membros do departamento, Mariana Albuquerque e Luciano Rosse, pela ajuda em todos os momentos de desespero, me dando mais calma e sempre dando bons conselhos.

Acima de tudo, não há nenhuma conquista se não houver esforço próprio e muita determinação.

SUMÁRIO

	Página
• <u>Introdução</u>	6
• <u>Capítulo 1</u> – Panorama histórico – A Política Econômica na Década de 80 e a Situação do País antes do início dos anos 90.	8
• <u>Capítulo 2</u> – Política econômica na década de 90 – Determinantes que tiveram impacto na redução da geração de novos empregos.....	14
• <u>Capítulo 3</u> – Eleição e governo Lula.....	24
• <u>Capítulo 4</u> – Debate Metodológico – as formas de medição do emprego.....	29
• <u>Capítulo 5</u> – Mercado de Trabalho no Brasil Atualmente.....	37
- Desigualdade de renda	
- Informalidade e Fiscalização	
- Questão demográfica – A contribuição dos jovens na oferta de mão-de-obra	
• <u>Conclusão</u>	50
• <u>Bibliografia</u>	60

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos 1990, o Brasil viveu um período de aumento sistemático da taxa de desemprego aberto. Esse comportamento da taxa de desemprego foi observado para todos os grupos etários. Entretanto, ele foi muito mais acentuado entre os trabalhadores mais jovens.

Isolar o desemprego é trabalho árduo, uma vez que pode ser visto como causa e efeito de vários outros fatores sócio-econômicos. Ao longo da década de 90, quando passou a ser motivo maior de preocupação por parte do governo, o Brasil enfrentou-o com planos diversos, mas sempre o tratando de forma global; interligando-o demais variáveis.

A condução da política nos anos 80, apesar de bem diferente da adotada na década de 90, foi fator fundamental para o aumento do desemprego nos anos seguinte. Esta, foi marcada pela estagflação: por uma alta inflação, política de desvalorização cambial e fechamento comercial para gerar os excedentes para tentar cobrir a dívida e os anos 80 acabaram ficando conhecidos como a “década perdida”.

Os anos 90 foram marcados por mudanças substanciais no mercado de trabalho brasileiro. A recessão econômica do período 1990/92, a abertura comercial, o ajustamento no setor privado em busca de maior competitividade, o plano de estabilização econômica e a privatização repercutiram sobre a ocupação, a desocupação e o rendimento dos indivíduos. As empresas nacionais entraram em um regime competitivo, se modernizaram e a produtividade aumentou. Isso reduziu a potencialidade de geração de novos empregos e aumentou a relação capital / produto. Pós o Plano Real, com a estabilização da inflação, foram registradas taxas de desemprego altíssimas.

Diante deste cenário, Lula conseguiu seu mote para a campanha eleitoral para a disputa da presidência em 2002. Nela, o atual presidente prometia a criação de 10 milhões de empregos. Aparentemente foi um apelo com viés populista, já que passados três anos de governo foram gerados, até o presente, pouco mais que três milhões de novos postos de trabalho formais, segundo dados divulgados pelo CAGED, em agosto de 2005.

Dado isso e tendo em vista que o Desemprego é um problema já estrutural em nossa sociedade, e foco de diversas políticas, este trabalho visa estudar causas e efeitos

do Desemprego no Brasil – focando nos anos 90; mostrando as políticas adotadas até o presente, numa análise do mercado de trabalho brasileiro.

No capítulo 1 do presente trabalho, será apresentado um panorama histórico da década de 80, aspecto fundamental para o entendimento da condução das políticas macroeconômicas desenvolvidas até então.

No segundo capítulo serão apresentados os principais fatores da década de 90 que tiveram impacto na taxa de desemprego. Para isso, farei uma análise do governo Collor, com a abertura comercial e o Plano Collor, passando pelo curto período no qual Itamar Franco ficou no poder, e chegando no Plano Real e todas as mudanças decorridas dele na economia.

O capítulo 3 abordará os impactos causados pela transição de governos, assim como as promessas feitas pelo então candidato à presidência, Lula, colocando-as em contraste com a realidade brasileira após quase 3 anos de governo. Será dada uma ênfase à questão do emprego, um dos jargões que mais chamaram a atenção nos discursos da campanha eleitoral e de início de governo.

No quarto capítulo, através de um debate metodológico, será analisada ainda qual é a forma usada para se medir o número de empregos criados, e as falhas de interpretação e dificuldades de comparação destes métodos, como por exemplo, dos 3,2 milhões de postos formais criados, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) divulgados em 18 de agosto de 2005 pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em contraste com os 3,7 milhões divulgados pelo IBGE através da PNAD 2004.

No último capítulo, bem como na conclusão, será feito um breve estudo do mercado de trabalho brasileiro, discutindo a problemática do desemprego no Brasil, suas causas e conseqüências, bem como possíveis formas de erradicação, sendo dado um enfoque à questão demográfica e como esta tem grande impacto no número de desempregados de hoje.

A hipótese a ser testada é a de que neste cenário não existem as condições necessárias para a geração de 10 milhões de empregos, ainda menos em 4 anos de governo Lula, a serem completados em 2006.

CAPÍTULO 1 – PANORAMA HISTÓRICO – A POLÍTICA ECONÔMICA NA DÉCADA DE 80 E A SITUAÇÃO DO PAÍS ANTES DO INÍCIO DOS ANOS 90.

No final da década de 70 e início da de 80 a economia brasileira encontrava-se muito vulnerável aos condicionantes externos, devido às profundas transformações ocorridas no cenário internacional como os dois choques do petróleo e a elevação da taxa de juros internacional. Com isso, a dívida externa crescia mais, o país apresentava um enorme déficit em transações correntes na ordem de U\$ 2,8 bilhões, verificado na figura 1.1 do Balanço de Pagamentos em anexo, e as reservas cambiais caíram drasticamente. O desequilíbrio, os choques de oferta do petróleo e da agricultura, ocorrido em 1979, juntamente com os déficits públicos aumentaram a inflação em 1979 para 77%. Assim, entre o final de 1980 e o ano de 1984, a política macroeconômica foi determinada pela possibilidade de financiamento externo ao país.

Erro! Vínculo não válido.

De acordo com Giambiagi e Mesquita (1999), com a mudança de governo e o Ministro Delfim Netto, no segundo semestre de 79 começou uma maior preocupação com o combate à inflação. Porém as tentativas de combate à inflação adotadas em 1979 se viram fracassadas. A confiança na economia, no curto prazo, se perde. O período caracteriza-se por uma complexa transição no início do governo Figueiredo e termina com explosão de desequilíbrios internos que coincidiu com o fim do governo militar.

Em 1979, quando houve uma mudança na política norte americana, que adotou uma política monetária restritiva, restringiu o crédito tentando uma não desvalorização do dólar. As taxas de juros elevaram-se, juntamente com o valor das dívidas, foi quando o México decretou moratória. O Brasil enfrentou uma profunda recessão em 1981 e 1983, mas o ajustamento externo causou uma grande queda nas importações, o que transformou o saldo da balança comercial brasileira de déficit para superávit.

Em 1980 o governo adotou uma política ortodoxa, denominada "ajustamento voluntário", com excesso de demanda interna, segundo Gremaud, Sandoval e Toneto (2004). A política interna se baseou na redução da necessidade de divisas através do controle da absorção interna. A política restritiva de outubro de 1980 se deu através de contenção salarial, controle dos gastos do governo, aumento da arrecadação, da taxa de juros, contração da liquidez real e um tratamento especial a ser dado às exportações, energia, agricultura e pequenas empresas. Já a política fiscal centrou-se no controle das despesas, através da limitação do crescimento nominal do investimento das estatais,

centralização da administração dos recursos orçamentários e maior controle das diversas contas governamentais. No entanto, o efeito das políticas restritivas na inflação foi praticamente nulo, não repercutiu sobre os preços e sim sobre as quantidades, e o país registrou taxa de crescimento negativa do PIB e uma taxa de desemprego muito elevada¹.

Para tentar algum controle inflacionário, o governo optou por fazer um endividamento interno através da colocação de títulos públicos, ampliando o grau de indexação da economia. Isso durou até o ano de 1984, quando a economia brasileira apresentou um significativo crescimento e ocorreram as "Diretas Já".

Em 1984, principalmente graças à recuperação dos EUA e pela primeira vez desde 1979, a restrição externa mostrou sinais de relaxamento, elevando as exportações brasileiras. A economia brasileira não cumpriu diversos critérios de desempenho em decorrência da interrupção da entrada de recursos externos por vários meses, por interrupção do acordo com o FMI, e demora em se obter financiamento externo adicional para 1983. Além disso houve uma política de arrocho salarial e a desvalorização do câmbio real. Devido ao aumento das exportações, o superávit comercial cresceu e equilibrou o balanço de pagamentos.

No último trimestre de 1984, favorecida pelo aumento da demanda, a inflação apresentou uma aceleração. Assim, o governo viu-se forçado a adiar reajustes de alguns preços-chaves da economia, provocando uma inflação artificialmente baixa nos dois primeiros meses de 1985. A Nova República instalou-se em março de 1985 e o novo governo deu início à gestão da política econômica com anúncio apenas de medidas de austeridade fiscal e monetária. A inflação se manteve no mesmo nível e a economia voltou a crescer.

Tancredo Neves foi eleito, porém adoeceu pouco antes da posse e seu vice, José Sarney assumiu a presidência. Em 28 de fevereiro de 1986 surge o Plano Cruzado com o objetivo de conter a inflação, lançando uma nova moeda, o Cruzado, e definindo regras de conversão de preços e salários para não afetar a distribuição de renda.

O Plano Cruzado não estabeleceu regras ou metas para as políticas monetária ou fiscal. O objetivo implícito da política monetária durante os primeiros meses do Plano era acomodar o incremento na demanda de moeda que resultaria de uma mudança de

¹ Segundo André Urani (1996), em Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, essa taxa de desemprego apontava para a existência de alguma rigidez no mercado de bens e de trabalho.

carteira em favor da moeda estável. Já em relação à política fiscal, o governo havia anunciado em dezembro de 1985, um pacote fiscal que tinha como objetivo eliminar as necessidades de financiamento do setor público.

O Plano obteve sucesso inicial, fazendo com que o congelamento de preços se tornasse o principal elemento do plano, alcançando uma queda inflacionária e um grande crescimento econômico.

Com o crescimento e o congelamento de preços, houve uma expansão da demanda, chegando a haver escassez de alguns produtos. As tentativas de manter o congelamento acabaram afetando as contas externas do país, com quedas na exportações e aumento nas importações devido à expectativa de uma desvalorização cambial, que determinou a volta da inflação.

No final de 1986, logo após as eleições, lançou-se o Cruzado II, com o objetivo de controlar o déficit público pelo aumento da receita em 4% do PIB². A política monetária tornou-se restritiva, com a restrição do crédito, que juntamente com um aumento inflacionário, causou instabilidade financeira e enorme perda de credibilidade do governo.

Em abril de 1987, com a taxa de inflação ultrapassando o patamar de 20% ao mês, índice mais alto desde as últimas décadas, observados na figura 1.2. O ministro Dilson Funaro deixou o cargo, assumindo o novo ministro Bresser Pereira.

Erro! Vínculo não válido.

Em 12 de julho de 1987 foi anunciado o Plano Bresser para uma nova tentativa de estabilizar a economia. Ao contrário do Cruzado, o Plano Bresser adotou uma política monetária e fiscal mais ativa, nas quais pretendia apenas promover um choque deflacionário com a supressão da escala móvel salarial e sustentar as taxas de inflação mais baixas com redução do déficit público.

O Plano provocou uma queda na produção industrial e os desequilíbrios de preços relativos levaram a um novo aumento da inflação. O déficit público, diferentemente do esperado pelo Plano, aumentou, e os gastos do governo também.

Em janeiro de 1989, o governo adota mais um programa de estabilização: O Plano Verão de 14 de janeiro de 1989, que visava conter a demanda agregada a curto prazo³ através da diminuição dos gastos públicos e da elevação das taxas de juros, além

² Índice retirado de Vasconcelos, M. A. Sandoval e Toneto, Rudinei (2004), “Economia Brasileira Contemporânea”

³ Promovendo cortes nas despesas públicas e anunciando a prática de taxas de juros reais elevadas para inibir a especulação com estoques e moeda estrangeira. Note que tanto o plano Bresser quanto o plano

disso visava a desindexação da economia através do congelamento de preços. O Plano promoveu uma nova reforma monetária, instituindo o Cruzado Novo como a nova unidade básica do sistema monetário.

Segundo Werneck (1988), “o custo da desaceleração do crescimento nos anos 80 seria um produto por habitante no ano de 200 cerca de 30% inferior àquele alcançado com a manutenção do crescimento do produto. A desaceleração do crescimento na década de 80 não abriu espaço para a retomada da taxa histórica de crescimento, uma vez que os desequilíbrios tanto externos quanto internos da economia não foram equacionados de forma definitiva. Por este motivo, a década de 80 poder ser caracterizada como uma década perdida⁴”.

Em resumo, a década de oitenta foi marcada pela estagnação do nível de atividade, por grandes desequilíbrios macroeconômicos e principalmente pela hiperinflação. Na medida em que se tentava conter a inflação e iam sendo criados mecanismos que objetivavam torná-la suportável, acabava-se facilitando a sua aceleração. O fracasso de uma seqüência de planos heterodoxos de estabilização em curto período de tempo, ou seja, cinco planos econômicos em cinco anos, contribuíram para aumentar a instabilidade na economia, intensificando a aceleração da inflação. O Brasil possuía uma estrutura industrial relativamente sólida, porém fragilidade em suas relações financeiras. Por outro lado, é importante destacar que, com a geração de superávits na balança comercial, o Brasil conseguiu enfrentar, ao longo da década de oitenta, a crise cambial que se iniciou a partir do segundo choque do petróleo e da moratória mexicana. As contas do setor público sofreram uma forte deterioração, como resultado da queda de receitas devido ao baixo crescimento econômico e de uma política expansionista de incentivos e subsídios fiscais. A década de oitenta foi caracterizada também pelo esgotamento do processo de industrialização por meio da substituição das importações.

Quanto à questão do desemprego, a taxa era alta, porém a duração média em que um trabalhador ficava sem emprego era baixa, com elevado grau de informalidade das relações de trabalho. Outra característica marcante do mercado de trabalho brasileiro durante os anos 80 foi a baixa intensidade de capital humano, além da desigualdade de oportunidades, refletindo as condições de acesso ao sistema educacional. Neste período

Verão tentaram combinar elementos ortodoxos como a diminuição da oferta de moeda, quanto heterodoxos, como o congelamento de preços. Assim, ambos foram incapazes de conter a inflação a longo prazo.

⁴ Werneck, Rogério F. em A Ordem do Progresso, 1990

a desigualdade de renda aumentou, e esta se viu refletida no mercado de trabalho e no aumento no índice de pobreza, principalmente se comparado à países com renda *per capita* semelhante.

Além disso, nos anos 80 o desemprego urbano tornou-se intenso, pois a economia havia passado por uma rápida industrialização desde o fim da II Guerra, com o êxodo rural como característica marcante, dando início também a deterioração das condições de trabalho, e um aumento no grau de informalidade.

Esse quadro originou um processo de redefinição do papel do Estado na economia que viria a se intensificar nos anos 90.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICA ECONÔMICA NA DÉCADA DE 90 – DETERMINANTES QUE TIVERAM IMPACTO NA REDUÇÃO DA GERAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS

Em 1989 foi eleito pelo povo o novo presidente, Fernando Collor de Mello, cujo governo também teve como preocupação básica o controle da inflação. Porém, este, diferentemente dos anteriores, foi marcado pela rápida monetização das aplicações financeiras com um grande aumento da demanda de bens de consumo, foi a chamada fuga dos ativos financeiros, decorrente da queda na taxa de juros nominais. Além disso, foi marcante também o programa de privatizações.

Assim, o governo Collor visou romper com a indexação da economia, fazendo uma política monetária ativa, com o congelamento do estoque de moeda (confisco da liquidez), e uma reforma administrativa e fiscal (com o objetivo de reverter o déficit primário). Houve mudança no regime cambial para um sistema de taxas flutuantes, e o choque sobre os estoques monetários gerou profunda desestruturação em termos de condições de emprego e de produção, provocando uma retração no PIB de 8% no ano de 1990, como visto na figura 2.1.

Erro! Vínculo não válido.

Porém a mudança mais significativa foi na política comercial, com a abertura comercial, reduzindo as tarifas de importação. Esta, implementada no Brasil na década de 90 pode ser considerada como um processo rápido, que causou impacto em alguns setores da economia que não estavam preparados.

O impacto do comércio foi na direção de reduzir a participação da indústria de transformação em favor da agropecuária e da extrativa mineral. Segundo Maurício Moreira e Sheila Najberg (1997)⁵, a abertura comercial tem um “custo emprego” no curto prazo, produzido por um grande hiato entre as taxas de crescimento das importações, por um lado, e das exportações e da produção doméstica, por outro. Esse hiato refletiu, em grande parte, a necessidade de a economia brasileira melhorar sua eficiência e seu potencial de crescimento através de um movimento de modernização e

⁵ Em textos para Discussão – BNDES, “Abertura Comercial, Criando ou Exportando Empregos?”

de especialização nas atividades mais produtivas. Na medida em que esse movimento se consolida, a tendência é que esse hiato se reduza e que a influência do regime de comércio sobre o nível de emprego tenda a ser minimizada.

Porém, podemos observar que na década de 90, que a falta de competitividade da indústria nacional juntamente com a valorização da taxa de câmbio causaram a falência e fechamento de várias empresas e a retração do emprego, como observado na figura 2.2.

Erro! Vínculo não válido.

O Plano Collor I aplicado pela ministra da fazenda Zélia Cardoso de Mello em março de 1990, fez um novo congelamento temporário de preços, o confisco de boa parte dos ativos financeiros e o abandono da política salarial.

Os resultados obtidos com as políticas adotadas com o Plano Collor I, foram a aceleração do processo inflacionário, com o Banco Central intervindo no mercado cambial resultando em uma forte desvalorização do Cruzeiro com crescente dificuldade de financiamento do governo e em um empobrecimento do conjunto da PEA e aumento na desigualdade de renda.

Esses maus resultados levaram à adoção do Plano Collor II, que visava eliminar o overnight, que foi substituído pelo Fundo de Aplicação Financeira (FAF), e outras formas de indexação e um congelamento de preços, tentava-se eliminar a memória inflacionária.

Mesmo com uma queda inflacionária, as resistências políticas e alguns escândalos levaram à substituição de Zélia pelo ministro Marcílio Marques Moreira. O novo ministro era mais ortodoxo e adotou o chamado “Plano Nada”⁶, com uma tentativa de combate à inflação por meio de maior controle do fluxo de caixa do governo e dos meios de pagamento, maior preocupação com a negociação da dívida externa e o desbloqueio dos ativos que estavam no Banco Central.

As consequências vieram com uma recessão em 1992, com inflação⁷, elevadas taxas de juros com uma forte entrada líquida de capitais especulativos de curto prazo e um quadro político desfavorável, que levou ao impeachment do presidente. Com isso, o vice-presidente, Itamar Franco, assumiu o governo.

Diferentemente do período de 86 a 91, com diversos planos econômicos, no período de 1991 até 1994, houve melhora das contas públicas e um aumento da

⁶ Foi o chamado “desconfisco” ou “gradualismo de resultados”.

⁷ Podemos observar a trajetória da inflação medida pelo IGP-DI pelo gráfico do IPEA no capítulo 1 do presente trabalho.

indexação da economia. Há destaque para o lançamento do PAI (Plano de Ação Imediata) com o objetivo de reduzir dos gastos do governo. Foi feita a política do “pão de queijo” como uma fraca tentativa para fazer a economia voltar a crescer.

Nesse cenário, já no final de 1993 com Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, começou a ser implementado o Plano Real, que conseguiu reduzir a inflação como nenhum plano havia conseguido, e mantê-la sob controle durante anos.

O Plano Real seria um programa de estabilização que se beneficiou das reformas estruturais que o antecederam⁸, caracterizado por uma transição gradual da moeda, havendo preocupação com os desequilíbrios existentes na economia. Para o sucesso do Plano também foi fundamental a situação externa do Brasil, com maior fluxo de recursos e volume de reservas. Além disso, após a abertura comercial as firmas antes fixadoras de preços, estavam agora em concorrência, o que impedia que refletissem os choques nos preços.

O Plano Real pode ser dividido em 3 estágios⁹: o primeiro estágio era um mecanismo de equilíbrio orçamentário através de um ajuste fiscal; O segundo introduzia uma unidade de conta estável, URV (Unidade Real de Valor), para alinhar os preços relativos mais importantes da economia; O terceiro estabelecia a conversão dessa unidade de conta na nova moeda do país, o Real, a uma taxa de paridade semi-fixa com o dólar.

O primeiro estágio consistiu em equilibrar o orçamento fiscal operacional e impedir que ocorressem pressões inflacionárias, por intermediário de cortes de gastos profundos que ocorreram com a implementação do Plano de Ação Imediata (PAI). Além disso, houve a provação do Fundo Social de Emergência (FSE), que correspondia a 15% da arrecadação e todos os impostos, ampliando os recursos livres à disposição do governo federal.

Em fevereiro de 1994, o governo iniciou o segundo estágio do Plano Real introduzindo, em primeiro de março de 1994, uma unidade de conta estável (Unidade Real de Valor ou URV), aproximadamente em paridade com o dólar. A conversão de

⁸ Abertura comercial e financeira, renegociação dos compromissos externos e um início de privatizações.

⁹ Alguns autores, como por exemplo André Urani em Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil e Parente (1996), dividem o Plano Real em quatro etapas ao invés de três, que seriam:

- 1) PAI e FSE;
- 2) Adoção do indexador URV;
- 3) Lançamento do Real, convertendo todos os valores que estavam expressos em URV;
- 4) Implementação de reformas estruturais, como as privatizações e a reforma da previdência.

uma série de preços e rendimentos numa unidade de conta estável significava que todos na economia poderiam se beneficiar, dali em diante, da indexação diária, tendo o valor da nova unidade de contas seria reajustado diariamente, mantendo a paridade com o dólar, de acordo com evolução de três índices de preços muito utilizados. Assim, a inflação continuava na moeda em circulação, mas não na URV.

Com praticamente todos os preços convertidos em URV, o governo introduziu o Real, cujo valor inicial era igual ao da URV. Nessa fase, o governo adotou uma série de medidas de política econômica para reagir aos desequilíbrios identificados, entre os quais a acentuada queda das reservas internacionais e o aumento da demanda interna, que ameaçavam a sustentação do Plano Real. As taxas básicas de juros foram substancialmente elevadas e impostas mais restrições à expansão do crédito. Com isso houve maior controle da demanda e da expansão monetária, que ficou conhecido como âncora monetária do Plano Real¹⁰. Simultaneamente a esse aperto monetário, o Banco Central deixou o câmbio flutuar, provocando uma profunda valorização da taxa de câmbio. Com isso, a economia aberta, estimulou as importações, houve a chamada âncora cambial, que rompia a possibilidade de propagação dos choques aos preços.

A partir de setembro de 1995 e até 1998, o Banco Central veio sistematicamente desvalorizando o Real em relação ao dólar a uma taxa mensal de aproximadamente 0,6%, como mostra o gráfico do IPEA. O impacto inicial foi uma queda na taxa de inflação e um grande crescimento da demanda e da atividade econômica, observados na figura a seguir.

Erro! Vínculo não válido.

A apreciação cambial feita com o Plano, junto com a expansão da demanda, causou alguns déficits na balança comercial, pois houve um aumento nas importações e diminuição das exportações. Com isso, houve um desequilíbrio na balança de serviços, impactando no saldo de Transações correntes, que ficou em déficit. Para financiar esse déficit ou o país usa as reservas que tiver, ou gera um endividamento externo, o que é prejudicial para o risco-país, podendo influenciar negativamente a taxa de juros.

Desse modo, houve uma rápida deterioração das contas externas e uma redução das entradas de capitais. As reservas foram muito importantes no sucesso do Plano Real,

¹⁰ De acordo com Márcio G. P. Garcia, no artigo do departamento de economia da PUC-Rio, “Vida Longa para o Real” (1994), a opção pela âncora monetária foi feita pela inviabilidade de se prover conversibilidade num período muito conturbado como o período pré-eleitoral e tinha o objetivo de garantir que o Banco Central não emitiria moeda além de um limite estritamente controlado.

principalmente, para suportar o impacto da Crise Mexicana em função da política cambial adotada, que buscou conter a demanda e impedir que os déficits comerciais se tornassem muito elevados¹¹. Junto a isso, o Banco Central tentou manter a taxa de juros para manter o país atraente ao capital estrangeiro e continuar financiando os déficits em transações correntes.

Segundo Giambiagi e Moreira (1999), como efeito dessa política houve uma retração na atividade econômica, a taxa de crescimento se reduziu significativamente depois de julho de 1995, e uma pequena crise financeira com grande taxa de inadimplência da economia. Podemos verificar, através da figura, o impacto negativo da queda das exportações em 1995 no Produto Interno Bruto (PIB).

Erro! Vínculo não válido.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, o grau de oligopólio da economia aumentou, gerando menor participação dos salários na renda nacional.

Esse quadro de vulnerabilidade externa do país e fragilidade financeira do setor público culminou na fuga de capitais e na crise cambial, que se manifestou no início de 1999, acarretando no aumento das taxas de inflação e, no transcorrer do ano, em maior deterioração da situação financeira do setor público, ao tempo em que manteve a estagnação das atividades econômicas e elevou, mais uma vez, as taxas de desemprego. Em relação aos juros, conforme o país voltou a acumular reservas após a crise mexicana, a taxa de juros começou a cair, porém sempre que havia alguma expectativa de risco do financiamento do déficit em transações correntes, a taxa de juros tinha que ser alterada, como durante a Crise da Ásia no segundo semestre de 1997, a crise da Rússia no segundo semestre de 1998 e a crise na Argentina no segundo semestre de 1999.

Em 1998 o primeiro mandato de FHC se encerra com o real sobrevalorizado frente ao dólar. A partir de 1999, no segundo mandato de Fernando Henrique, quando há a crise cambial, com a adoção do câmbio flexível e a instituição das metas inflacionárias. Essa mudança no câmbio alivia momentaneamente a vulnerabilidade externa, mas ainda não a resolve. A fragilidade financeira do setor público, por sua vez, continua se aprofundando, bem como permanece a dificuldade de se retomar o crescimento econômico.

Ainda em 1999, devido a um acordo com o FMI onde se estabeleceram metas de superávit primário para o setor público e para a taxa de inflação, os capitais financeiros

¹¹ O chamado efeito tequila no final de 1994.

começaram a retornar ao país. Houve uma redução do déficit em transações correntes, em função da queda do déficit da balança comercial da ordem de US\$5,2 bilhões de dólares, como mostra a figura a seguir. No mesmo ano, decorrente da desvalorização cambial, a dívida pública aumentou, aumentando significativamente os gastos com juros. Porém, com a desvalorização cambial, a incerteza nas expectativas da taxa de juros, diminuiu, e assim a taxa pôde cair bastante.

Erro! Vínculo não válido.

O ano de 2000 pode ser considerado o melhor do segundo mandato de Fernando Henrique, quando as contas externas estavam muito mais controladas que em 1998, assim como a inflação, que se manteve em 6%, meta estipulada pelo Banco Central. Podemos notar tal resultado pelo gráfico da inflação mensal medida pelo INPC.

Erro! Vínculo não válido.

No início de 2001 a economia brasileira estava com uma perspectiva bastante promissora. Porém, ao longo do ano de 2001 o cenário externo começou a se tornar menos favorável. Em abril houve a crise de energia brasileira, que piorou a situação. Isso se agravou ainda mais com a crise da Argentina e com os atentados de 11 de setembro, que conturbaram a economia americana, refletindo na brasileira, dificultando a capacidade de financiamento externo, como observado a seguir.

Erro! Vínculo não válido.

Até o final do segundo governo de FHC, fazendo um balanço do plano Real, podemos dizer que o grande destaque foi a estabilização dos preços, assegurada por uma série de medidas, entre elas o fim da indexação, a intensificação da abertura da economia, a reestruturação do sistema financeiro e as privatizações.

Apesar de ter sido eficaz no controle da inflação, o Plano Real teve impacto negativo na taxa de desemprego, pois o ritmo de crescimento observado no início do Plano foi reduzindo significativamente ao decorrer dos anos. Na figura em anexo do IPEA, é possível perceber que apesar da elevada inflação a taxa de desemprego vinha caindo consideravelmente ao longo da década de oitenta. Já nos anos 90 a taxa de desemprego começou a aumentar até atingir o mesmo patamar do início da década de oitenta, oscilando em torno de 8% em 1998, como aparece na figura anexo. Na mesma época, outros indicadores, como o PIB, a relação dívida pública/PIB e o saldo em transações correntes também se mostraram com relativa piora.

Erro! Vínculo não válido.

Segundo Camargo e Reis (2005), “após a estabilização da inflação com o Plano Real, em 1994, a taxa de desemprego dos jovens no Brasil aumentou significativamente em relação aos adultos. A maior rigidez salarial provocada pela estabilização da inflação e o elevado grau de incerteza dos empregadores sobre a produtividade dos trabalhadores mais jovens foram importantes para explicar esse resultado. Como parte das informações sobre a produtividade é revelada com a experiência no mercado de trabalho, a estabilização deve ter limitado a capacidade de as firmas ajustarem o salário real à medida que adquirem mais informações sobre os trabalhadores jovens. Com isso, os ajustes nas situações em que a produtividade do trabalhador se revela inferior ao salário real, passam a ser feitos através do emprego. Usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período 1981-2002 são encontradas evidências consistentes com esse argumento, já que reduções na taxa de inflação parecem ter aumentado o desemprego e reduzido a duração média do emprego de todos os grupos etários, mas de maneira mais acentuada para os trabalhadores jovens.”

Com tudo isso, no ano de eleições, a popularidade de Fernando Henrique caiu, e mesmo com todos os acertos do plano Real, a maioria dos brasileiros optou por uma mudança de rumo no governo brasileiro.

"O demagogo prospera na promessa fácil e na postura acomodaticia... sua luz é intensa mas dura pouco, porque explora as folhas do presente e não as raízes do futuro."
Roberto de Oliveira Campos

CAPÍTULO 3 – O GOVERNO LULA

Em 2002, com as expectativas diante da eleição para a presidência, o mercado ficou um pouco conturbado: o dólar subiu muito, o Real desestabilizou. A maioria dos brasileiros optou por votar no novo presidente querendo um rumo diferente no país, uma mudança da condução política.

Lula, mais uma vez se candidatou, mas desta vez sua popularidade havia crescido e em sua campanha prometia reformas e mudanças. As propostas apresentadas no programa de governo do PT (Comissão de Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores, 2002) deixaram bem claro o enfoque social, tendo como objetivos a geração de emprego, geração e distribuição de renda e ampliação da infra-estrutura social. Além disso, percebeu-se claramente a preocupação com o déficit do orçamento

público e a inserção do Brasil na economia mundial, tudo isso como consequência de um crescimento econômico mais acelerado e da melhora do país em relação aos investimentos estrangeiros.

Lula foi eleito, e em início de 2003 a conturbação econômica se acalmou. Em janeiro de 2003, as instituições ouvidas semanalmente pelo Banco Central desenhavam um cenário decepcionante para 2004: crescimento de 3%, dólar a 3,80 reais¹², saldo comercial de 16 bilhões de dólares. No cenário de turbulência que se desenhara na reta final das eleições presidenciais, com o dólar chegando a 4 reais¹² e o risco-país ultrapassando os 2.000 pontos, parecia inevitável para muitos que Lula acabasse por lançar mão de alguma mágica do arsenal heterodoxo. Entretanto, os primeiros meses do ano mostraram que o recém eleito governo havia adotado uma política econômica moderada, mais branda do que a esperada com a vitória do Partido dos Trabalhadores, que agiu com medidas ortodoxas para regular a economia. Essa mudança de rumo gerou uma certa surpresa no mercado financeiro, que havia passado por uma rápida desestabilização e momento de grande incerteza no mercado às vésperas da eleição.

A recuperação da economia se deu principalmente com uma melhora conjuntural das contas externas devido ao fraco desempenho da economia doméstica (absorção interna); extraordinário crescimento do comércio internacional; elevação dos preços das commodities; e, condições relativamente estáveis de liquidez internacional. A política em relação ao setor externo, segundo disse o ministro da Fazenda Antônio Pallocci, “o Brasil fez uma reversão completa de suas contas externas”¹³, com o crescimento das exportações e saldos comerciais favoráveis. De fato, os números são significativos. As exportações cresceram de US\$ 60 bilhões em 2002 para US\$ 73 bilhões em 2003 e US\$ 96 bilhões em 2004, de acordo com o IBGE. O saldo comercial aumentou de US\$ 13,1 bilhões em 2002 para US\$ 24,8 bilhões em 2003 e US\$ 33,7 bilhões em 2004. Além disso, o PIB aumentou continuamente de 10% em 1999 para 18% em 2004, segundo dados explícitos na figura e tabela a seguir.

Erro! Vínculo não válido.

Erro! Vínculo não válido.

Houve ainda uma melhora do consumo interno devido a queda consistente dos juros desde meados de 2003, se deu graças ao forte ajuste fiscal. No início de 2004 a produção da indústria aumentou, o que fez a taxa de desemprego cair.

¹² Taxas explícitas na figura 2.3 do capítulo 2 deste trabalho.

¹³ Citação extraída da Revista Época de novembro de 2004.

Entretanto, os indicadores não são todos positivos. Durante os dois primeiros anos do governo Lula houve um aumento da dívida externa do setor público. Esse aumento da dívida externa do setor público mostra, de fato, a ausência de uma estratégia ativa de redução da vulnerabilidade externa do país.

O principal resultado tem sido a piora da situação da conta financeira do balanço de pagamentos. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil¹⁴, a conta financeira teve um saldo positivo de US\$ 7,6 bilhões em 2002. Em 2003 esse saldo caiu para US\$ 4,6 bilhões e, em 2004, houve um déficit de US\$ 8 bilhões.

Em relação ao desempenho do PIB, cujos números foram expostos na tabela da página anterior, que havia sido muito baixo no governo FHC, o crescimento médio anual nos dois primeiros anos de governo Lula foi de 2,9%, o que também não é muito favorável. Na ótica da despesa, a análise dos fatores de expansão da demanda agregada mostra claramente a predominância da demanda externa, ou seja, das exportações de bens e serviços. Esse fato é válido tanto para o governo FHC quanto para o governo Lula. Entretanto, é no governo Lula que as exportações tornam-se muito mais relevantes como fator de expansão da renda.

De acordo com a matéria da revista *Veja* de dezembro de 2004¹⁵, “o grave erro que se cometeu nos primeiros dois anos de governo foi não encaminhar, paralelamente às medidas destinadas a garantir a estabilidade macroeconômica, outras mudanças que dão horizonte de longo prazo à economia. Como não houve estímulo a investimentos, quando o crescimento foi retomado a capacidade de produção da indústria chegou ao limite muito rapidamente. E essa é uma típica situação de risco de retomada da inflação. “O nível dos juros é resultado de um esforço brutal do BC para adequar a demanda à capacidade da indústria”, disse José Julio Senna, ex-diretor do Banco Central e sócio da MCM Consultores”.

Assim, no atual governo, o resultado ruim dos investimentos, dos gastos públicos e do atual cenário da indústria, está associado ao fraco desempenho do mercado de trabalho. Acompanhando a evolução renda, a taxa de desemprego sobe significativamente até o primeiro trimestre de 2004 e, em seguida, essa taxa diminui. Entretanto, ela ainda se mantém elevada no final de 2004 e início de 2005 (média anual

¹⁴ BCB Boletim/BP – de 31 de outubro de 2005

¹⁵ Trecho retirado da revista *Veja* de 1º de dezembro de 2004, edição 1882, por Lucila Soares.

de 10,2% em janeiro de 2005)¹⁶. Essa taxa está muito próxima da taxa do último ano do governo FHC (11,7% em agosto de 2002 – Ver Tabela seguinte).

Erro! Vínculo não válido.

Tendo em vista o crescimento da população economicamente ativa, isso nos leva à conclusão que, atualmente, há mais desempregados do que há dois anos. De fato, para se manter a taxa de desemprego estável é necessário que o PIB cresça a uma taxa média anual de pelo menos 3,5%. Nos dois primeiros anos do governo Lula, o PIB cresceu em média 2,9% e devido aos resultados de 2005, é provável que até o final do terceiro ano de governo, o número de desempregados existentes no país seja superior ao do último ano do governo FHC, como vistos na figura 3.2.

Erro! Vínculo não válido.

O desemprego é um calcanhar-de-aquiles do governo Lula. Uma de suas promessas de campanha era a criação de 10 milhões de empregos novos em quatro anos – meta que já foi abandonada, pois com uma taxa média anual de crescimento da ordem de 3,0%, é improvável que Lula crie muito mais do que 5 milhões de emprego ao longo dos seus quatro anos de governo. Ou seja, ele ficará muito aquém da meta com que se comprometeu na campanha eleitoral.

CAPÍTULO 4 – DEBATE METODOLÓGICO

¹⁶ A Tabela com a evolução da taxa de desemprego nos últimos anos estará no anexo na versão final do presente trabalho.

Antes de tirarmos algumas conclusões sobre as estatísticas oficiais do trabalho, devemos ter algumas precauções, adotando uma postura cuidadosa na elaboração de suas informações e das conclusões analíticas respectivas.

Ao trabalharmos com a análise comparativa dos dados dos Censos do IBGE por exemplo, podemos nos esquecer de levar em conta o avanço metodológico dados censitários, como a abrangência da pesquisa e a qualidade dos dados, fatores que vêm avançando muito ao longo dos anos. Além disso, temos que considerar os avanços tecnológicos que ocorreram nas últimas décadas e mudaram a necessidade de mão-de-obra em diversos segmentos e indústrias. Outra mudança diz respeito ao impacto das transformações sócio econômicas sobre a dinâmica do levantamento dos dados, como a diminuição da estrutura familiar e a participação de mais membros dessa estrutura, como os idosos, que com o aumento da expectativa de vida passaram a participar do mercado de trabalho.

O Censo é um ótimo indicador, porém a demora tanto na coleta dos dados, quanto na sua divulgação, assim como o custo da pesquisa, dificultam a regularidade da mesma.

Diante deste problema, e dentre as pesquisas com informações mais regularmente atualizadas sobre o mercado de trabalho, podem ser destacadas duas delas: a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) e a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), ambas do IBGE, sendo a primeira a mais regular, porém a segunda uma das mais utilizadas pelos autores. Essas duas pesquisas possuem sintonia metodológica, e seus resultados são os mais coerentes ao longo do tempo.

Finalmente, cabe apontar as mudanças incorporadas nas classificações de ocupação e atividade adotadas. O conflito por elas criado era observado tanto entre pesquisas produzidas pelo próprio IBGE, como entre as elaboradas por outras instituições. O uso da CNAE (Classificação Nacional de Atividade Econômica) e da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) pelo Censo Demográfico, abre a possibilidade de articular seus resultados com aqueles produzidos pelas Pesquisas de Atividade Econômica realizadas pelo IBGE e pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Para uma melhor compreensão entre as diversas fontes de dados, será feita a seguir uma análise comparativa entre as suas metodologias e falhas. Muitas dessas análises já foram feitas pelos próprios órgãos responsáveis pelas pesquisas.

Os seguintes textos foram extraídos dos sites do IBGE¹⁷ e do MTE¹⁸:

Censos Demográficos

“Os censos populacionais produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo, e constituem a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados.

A realização de um levantamento como o Censo Demográfico 2000 representa o desafio mais importante para um instituto de estatística, sobretudo em um país de dimensões continentais como o Brasil, com 8 514 215,3 km², composto por 27 Unidades da Federação e 5 507 municípios existentes na data de referência da pesquisa, abrangendo um total de 54 265 618 de domicílios pesquisados.

Para garantir a confiabilidade de seus resultados e alcançar os melhores níveis de qualidade e transparência em todas as etapas de execução do Censo 2000, foram utilizadas modernas tecnologias, como o mapeamento digital dos municípios com mais de 25 mil habitantes, escaneamento e leitura ótica dos questionários, controles gerencial e operacional via Internet, entre outras inovações tecnológicas que possibilitaram aos usuários dos dados censitários e à sociedade, em geral, o acompanhamento de cada etapa da operação e o acesso aos resultados em curto prazo, por meio das mais modernas mídias de comunicação e disseminação de informações.

No âmbito internacional, a realização do Censo 2000 significou, ainda, a consolidação dos laços estatísticos entre os países do Mercosul Ampliado, que inclui os membros do Mercosul - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - além de Bolívia e Chile, tendo como objetivo a padronização de conceitos e classificações visando homogeneizar e fortalecer os sistemas estatísticos nacionais e criar uma base de dados comum aos censos dos seis países.

¹⁷ <http://www.ibge.gov.br>

¹⁸ <http://www.mte.gov.br>

A divulgação do Censo 2000 procurou levar a cada segmento de usuários as mídias mais apropriadas - publicações impressas, Internet e arquivos digitais - fazendo uso de maneira intensiva de modernas tecnologias, e seus resultados revelam as principais características demográficas e socioeconômicas da população brasileira no início do novo milênio.”

Pesquisa Mensal de Emprego

“Produz indicadores do mercado de trabalho sobre a condição de atividade da população residente de 10 anos ou mais de idade, ocupação e desocupação das pessoas economicamente ativas, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada das pessoas ocupadas e a taxa de desocupação, acompanhando a dinâmica conjuntural da ocupação e desocupação, tendo como unidade de coleta os domicílios.

A pesquisa foi iniciada em 1980, sendo submetida a uma revisão completa em 1982 e duas parciais de vulto em 1988 e 1993, onde foram realizados ajustamentos restritos somente ao plano de amostragem. Em 2001, passou por um processo de revisão metodológica objetivando atualizar sua cobertura temática e se adequar às recomendações internacionais mais recentes. As principais alterações metodológicas referem-se à abrangência geográfica, população em idade ativa, conceitos segundo recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT, instrumentos de coleta e expansão da amostra.

Periodicidade: Mensal

Abrangência geográfica: Regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.”

PNAD

Síntese de Indicadores 2003

“Apresenta resultados selecionados da pesquisa, abrangendo informações sobre as características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias e domicílios, referentes a 2002 e 2003, bem como indicadores retrospectivos de rendimento relativos ao período de 1993 a 2003, para o conjunto do País e grandes regiões. São também apresentadas algumas estatísticas destacadas desses temas, relativas a 2003, para as unidades da federação.

Inclui, ainda, comentários sobre as condições de habitação e posse de bens duráveis, composição e mobilidade populacional, educação, situação do mercado de trabalho, trabalho infantil, sindicalização, cobertura previdenciária e situação dos rendimentos.

Os resultados ora apresentados também estão disponíveis no CD-ROM que acompanha a publicação, com informações do plano tabular preparado para o Brasil, grandes regiões, unidades da federação e nove regiões metropolitanas, constituindo um valioso instrumento para a avaliação da realidade demográfica e socioeconômica do País.”

Nota Técnica MTE – IBGE

CAGED e PME – Diferenças Metodológicas e Possibilidades de Comparação

“Os dados coletados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e as informações produzidas pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME são divulgados mensalmente. Diante dos resultados, existe uma tendência em comparar as bases de informações e questionar as diferenças.

No entanto, as divergências metodológicas condicionam a comparação entre os resultados por elas produzidos. Por isso o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE decidiram elaborar juntos, esta nota e propiciar aos usuários melhores condições para utilização das informações destas bases.

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

Criado pela Lei nº 4.923/65, o CAGED tem a função de acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa de trabalhadores regidos pela CLT. E tem o objetivo de observar os desempregados e apoiar medidas contra o desemprego. Mensalmente, as empresas repassam ao MTE, os dados individualizados sobre os trabalhadores admitidos ou desligados no mês anterior. Estas informações são prestadas via Internet.

Os conceitos utilizados no CAGED referem-se às alterações de empregos regidos pela CLT, ocorridas nos estabelecimentos. Considera-se como admissão toda entrada de trabalhador numa empresa no mês corrente. E como desligamento, toda saída de pessoa cuja relação empregatícia cessou durante o mês por qualquer motivo (demissão, aposentadoria, morte), seja por iniciativa do empregador ou do empregado.

De forma distinta da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, não fazem parte do CAGED os empregados do setor público regidos por outro estatuto e os trabalhadores avulsos, que prestam serviços por meio de sindicatos, conforme definidos em lei.

O aperfeiçoamento deste registro administrativo o transformou em instrumento de suporte a várias políticas de emprego, como o pagamento do seguro desemprego, qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra. O tornou parte de um sistema de informações que descreve as variações conjunturais do emprego celetista.

Vale ressaltar que o número de empregos em determinado período de referência corresponde ao total de admissões. E o número de empregados pode ser diferente se um indivíduo acumular, na data de referência, mais de um emprego.”

Principais diferenças entre o CAGED e a PME

“As diferenças entre os dados do CAGED e da PME decorrem de suas distintas naturezas e objetivos. Como o CAGED só inclui trabalhadores regidos pela CLT em empresas, as comparações devem se restringir ao subgrupo “empregados com carteira assinada e exclui os trabalhadores domésticos” da PME:

a) Cobertura das informações

O CAGED informa, mensalmente, a movimentação do emprego assalariado celetista. Sua cobertura abrange todo o território nacional e permite toda sorte de desagregação espacial, até o nível municipal, assim como por atividade econômica,

cobre cerca de 85% do universo¹⁹ destes empregados, percentual que se eleva em algumas regiões e setores econômicos.

A PME produz também mensalmente, dados sobre todas as formas de inserção ocupacional, assim como o contingente de desocupados e permite dimensionar a força de trabalho e suas variações no tempo.

Os efeitos desta diferença podem ser exemplificados em uma situação de aumento do emprego celetista no CAGED e elevação da desocupação na PME. Devido à distinta cobertura das fontes de dados, este comportamento diferenciado pode decorrer de:

- o número de novos postos celetistas ser menor que o número de entrantes na força de trabalho ou ocorrer em simultâneo à redução de outras formas de inserção, como ocupações por conta própria; ou

- a expansão das oportunidades ocupacionais identificada pelo CAGED ocorrer em áreas do território nacional não cobertas pela PME (ou por outras pesquisas domiciliares, como a PED, por exemplo).

b) Localização geográfica do informante

As informações prestadas pelas empresas ao CAGED referem-se aos vínculos gerados na área geográfica em que está localizada sua planta ou onde executa suas atividades, independentemente do local de residência do empregado.

Já as pesquisas domiciliares, como a PME, quantificam as pessoas ocupadas segundo seu local de residência e a área de abrangência geográfica da pesquisa, ainda que trabalhem fora dessa área.

c) Variabilidade dos dados

Por ser uma pesquisa amostral, a PME elabora suas estimativas com base em parâmetros estatísticos. Assim, para todos os seus indicadores, há um coeficiente de variação que indica o quanto a estimativa pode divergir do parâmetro de interesse.

No caso da estimativa do número de empregados com carteira assinada esta variação corresponde a 1% (para mais ou para menos) no conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, mas varia entre elas, menos de 2%, na RM de São Paulo a cerca de 3%, nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador.

¹⁹ “Como a data para envio das informações que compõem o informe mensal se encerra no dia 7 do mês subsequente ao mês de referência dos dados, calcula -se que a informação apresentada atinge cerca de 85% dos informantes que enviam dados a cada mês”.

No caso do CAGED, as empresas devem informar todas as movimentações ocorridas no mês de referência. Contudo, até o dia 07 de cada mês, data limite para envio das informações, são recebidos cerca de 95% do total de declarações, com os demais 5% sendo incorporados a posteriori no índice. Ademais, a cobertura do CAGED é cerca de 85% do universo, e varia por região e por setor de atividade.

d) Período de referência

As empresas informam ao CAGED o número de admissões e desligamentos realizados no mês imediatamente anterior. Assim, o índice de emprego divulgado pelo MTE refere-se à variação do emprego celetista ocorrida em um mês.

No caso da PME, os indicadores de emprego e estimativas correspondem a um determinado mês. As entrevistas são distribuídas entre três semanas do mês e uma semana do mês seguinte e cada pessoa informa sua situação de trabalho na semana anterior àquela em que foi entrevistada. Isto significa que as informações referentes a um determinado mês – março, por exemplo – descrevem o comportamento obtido a partir das estimativas dos indicadores nas quatro semanas do mês.

No caso da PME, os indicadores e suas estimativas correspondem a informações coletadas no mês de referência. As entrevistas são distribuídas pelas quatro semanas do mês e cada pessoa informa sua situação de trabalho na semana anterior àquela em que foi entrevistada. Isto significa que as informações referentes a um determinado mês – março, por exemplo – descrevem o comportamento obtido a partir de estimativas dos indicadores nas quatro semanas do mês.”

A partir dessas descrições podemos montar um quadro resumo comparando as diferentes metodologias usadas e os números apurados na última pesquisa, com base de setembro de 2003 .

Quadro 4.1 – Comparação entre as Pesquisas de Emprego

Pesquisa	Empregos em 2003
CAGED (emprego com carteira no Brasil)	1.300.217,56
PNAD (considerando apenas empregador, conta-própria, doméstico e informais no Brasil)	20.705.196,00 ²⁰
PME (considerando apenas empregador, conta-própria, domésticos e informais nas Regiões Metropolitanas)	18.921.000,00

²⁰ Representam 55,4% da população com mais de 10 anos de idade, segundo os meses da pesquisa.

Particularmente, encontrei bastante dificuldade para a interpretação dos dados, assim como para a base de comparação, pois o CAGED trabalha com o número total de trabalhadores empregados e a PNAD com o percentual da população. Pude concluir que apesar do CAGED ser a fonte mais atualizada, pois mensalmente divulga as informações, ele deixa a desejar se servir de base para alguma pesquisa no Brasil. Isso acontece porque o grau de informalidade do trabalho no país é muito alto, o que podemos ver pela enorme diferença em relação aos resultados da PNAD. Além disso, as informações fornecidas pelas empresas para a elaboração dos dados pelo MTE podem não ser muito confiável, dado que não existe um controle efetivo pelo MTE para assegurar que os dados passados pelas empresas estão certos e até mesmo se todas as empresas estão disponibilizando as informações. Esse controle só é feito no caso de uma fiscalização, que não é regular, e para empresas pequenas, a chance de ser fiscalizada pelo Ministério do Trabalho é pequena.

CAPÍTULO 5 - MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

As recentes transformações no mercado de trabalho, notadamente a partir dos anos de 90, aceleraram a preocupação e as discussões sobre o problema crescente do desemprego e das diferentes formas de exclusão para milhões de trabalhadores no país.

Desde 1990 observa-se no Brasil, um acentuado crescimento do desemprego, pois desde então o mercado de trabalho vem passando por sensíveis mudanças, principalmente após transformações no padrão produtivo e pós Plano Real. De acordo com Corseuil, Gonzaga e Issler (1996), a abertura econômica e as políticas de estabilização refletiram-se em baixas taxas de absorção de mão-de-obra, pois com o aumento da relação capital / produto gera poupança de mão-de-obra. Juntamente com o aumento do desemprego houve a ampliação do hiato do produto²¹, significando que parte da produção do país está sendo subutilizada.

O mercado de trabalho brasileiro tem como característica alguns fatores determinantes na taxa de desemprego, apresentados a seguir.

-Distribuição de Renda

O desemprego brasileiro está intimamente relacionado com a desigualdade na distribuição de renda do país, característica marcante do mercado de trabalho brasileiro ao longo das últimas décadas, de maneira que não é possível identificar de forma simples qual representa a causa e qual a consequência. Os últimos dados oficiais do Banco Mundial (2005) e da ONU (2004), mostram que o Brasil se encontra respectivamente em 6º e em 5º lugar na qualificação dos países com maior desigualdade, tendo em conta o coeficiente Gini²².

A má distribuição de renda no Brasil chama a atenção pela concentração nas mãos de poucos. Segundo os dados do IBGE divulgados recentemente, através da PNAD 2004²³, o coeficiente Gini da distribuição de renda média mensal de trabalho das

²¹ O hiato do produto representa a diferença entre o PIB potencial, que poderia ser alcançado com eficiência plena nos fatores de produção ao longo prazo, e o PIB efetivo do país.

²² O coeficiente Gini, que varia de zero a um, sintetiza o grau de desigualdade de um país ou sociedade. Quando há igualdade completa, todas as pessoas recebendo exatamente o mesmo numa sociedade, o coeficiente é zero. Quando apenas uma pessoa detém toda a renda da sociedade, o coeficiente é um.

²³ Cabe ressaltar que os dados da PNAD referem-se apenas aos rendimentos do trabalho. Precisamos também considerar os rendimentos do capital, isto é, de como se distribuem os rendimentos na forma de lucros, juros e aluguéis recebidos por proprietários de empresas, títulos financeiros e imóveis, além dos rendimentos do trabalho de qualquer natureza. Além disso devemos considerar todos os tipos de

pessoas ocupadas acima de 10 anos, em 2004 melhorou, porém ainda continua longe de ser igualitária, como mostra o gráfico 5.1 e a tabela com a evolução do índice de gini ao longo dos últimos 11 anos (Ver Gráfico 5.1).

Erro! Vínculo não válido.

Tabela 5,1 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 1993/2004

Sexo	Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (1)					
	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
1993	0,603	0,588	0,619	0,581	0,577	0,617
1995	0,592	0,574	0,584	0,574	0,571	0,592
1996	0,590	0,571	0,590	0,569	0,567	0,599
1997	0,588	0,574	0,589	0,566	0,566	0,606
1998	0,584	0,569	0,581	0,561	0,568	0,600
1999	0,576	0,553	0,575	0,551	0,559	0,591
2001	0,572	0,543	0,566	0,554	0,543	0,585
2002	0,573	0,551	0,576	0,552	0,536	0,591
2003	0,566	0,534	0,570	0,543	0,535	0,568
2004	0,559	0,527	0,571	0,533	0,530	0,570
Homens						
1993	0,604	0,591	0,623	0,578	0,579	0,615
1995	0,591	0,566	0,587	0,570	0,569	0,585
1996	0,587	0,559	0,595	0,562	0,563	0,595
1997	0,587	0,576	0,596	0,559	0,554	0,604
1998	0,585	0,570	0,594	0,566	0,560	0,595
1999	0,575	0,550	0,585	0,546	0,556	0,586
2001	0,574	0,541	0,576	0,550	0,542	0,584
2002	0,573	0,551	0,576	0,552	0,536	0,591
2003	0,565	0,520	0,570	0,541	0,535	0,557
2004	0,554	0,516	0,565	0,527	0,526	0,561
Mulheres						
1993	0,567	0,557	0,590	0,548	0,522	0,594
1995	0,563	0,566	0,559	0,546	0,534	0,581
1996	0,569	0,574	0,564	0,551	0,539	0,586
1997	0,566	0,548	0,560	0,550	0,528	0,588
1998	0,556	0,548	0,544	0,541	0,523	0,587
1999	0,555	0,541	0,546	0,537	0,536	0,579
2001	0,551	0,525	0,538	0,538	0,517	0,565
2002	0,555	0,539	0,565	0,534	0,517	0,577
2003	0,549	0,538	0,558	0,525	0,506	0,570
2004	0,544	0,525	0,565	0,518	0,506	0,564

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2004.

Atualizado em: 25 de novembro de 2005.

transferência de renda e de benefícios existentes na legislação, tais como os da previdência, do seguro-desemprego e do programa Bolsa-Família. Para captar esses rendimentos, o IBGE realiza a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF.

Durante o "I Seminário Trabalho, Desenvolvimento Social e Crescimento Econômico" realizado em 28 de junho de 2004, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, ressaltou a importância da forma de distribuição da renda nacional para o crescimento do país, uma vez que esta tem impacto direto no mercado consumidor e na expansão de postos de trabalho. Segundo o presidente do IBGE, "No Brasil, 58% do PIB é representado pelo consumo das famílias. Contudo, 85% das famílias ganham menos que o mínimo necessário para cobrir seus gastos, inclusive com alimentação"²⁴.

Esses dados significam que se houver uma distribuição de renda mais igualitária, há um mercado consumidor em potencial dessas famílias, que não têm possibilidade de aumentar seu consumo com a atual situação em que se encontram.

Ainda de acordo com a entrevista de Eduardo Nunes, "A população economicamente ativa tem hoje 86 milhões de trabalhadores. Dos que estão ocupados, 21% ganham menos de um salário mínimo, 17% recebem até dois e só 3,1% ultrapassa dez salários mínimos".

-Informalidade e Fiscalização

Além da desigualdade de renda, outro fator relevante ao analisarmos o desemprego no mercado de trabalho brasileiro é a qualidade dos postos.

Nos últimos anos, foi observado no mercado de trabalho brasileiro, o crescimento da participação da chamada economia informal. Com isso, ocorreu uma clara tendência ao declínio da qualidade dos postos de trabalho, crescendo assim a diferença entre eles.

De acordo com Gremaud, Sandoval e Toneto (2004), "pode-se definir como economia informal as atividades que não respeitam as regras institucionais impostas na sociedade, especialmente as legislações fiscais e trabalhistas." O grupo de trabalhadores informais é representado, portanto, dos trabalhadores sem carteira assinada e os autônomos.

A precariedade das condições de emprego está associada ao grau de informalidade. Esses trabalhadores, apesar de não terem a incidência dos impostos sobre seus salários, que no Brasil é muito alta, não têm quase direitos a auferir caso haja acidentes de trabalho ou problemas médicos, por exemplo, assim como não têm direito

²⁴ Trecho retirado do endereço eletrônico <http://www.actj.org.br>.

a aposentadoria, a não ser que contribuam para a previdência por livre e espontânea vontade.

Algumas pesquisas ou até mesmo observações empíricas, comprovam a ampliação das atividades de geração de trabalho e renda desenvolvidos no setor informal, principalmente na década de 90. Como mostrou a PNAD 2004, o diferencial de rendimento entre trabalhadores com carteira e sem carteira de trabalho assinada reduziu. (Ver tabela 5.2).

Erro! Vínculo não válido.

Para os trabalhadores, variáveis como preferência por emprego formal, pouca experiência e local de trabalho inadequado, tendem a aumentar a probabilidade do trabalhador pertencer ao setor informal quando medido pelo falta de licença para exercer a atividade. Além disso o impacto da educação mostra que quanto menor é a escolaridade maior é o impacto para informalidade. Assim como, quanto menor é o seu nível de experiência maior é o impacto no grau de informalidade.

Para combater a informalidade há a Inspeção do Trabalho como um mecanismo para facilitar a regularização da situação de trabalhadores nas empresas. A formalização dos contratos de trabalho estende as garantias trabalhistas e previdenciárias aos trabalhadores desamparados do sistema laboral legal. A intensificação da fiscalização do trabalho contribuiu para a formalização de um total de 2,1 milhões de vínculos empregatícios inicialmente desprotegidos, no período de 1996 a 2001, de acordo com dados divulgados pelo MTE em 2002. Assim, o Governo brasileiro apresentou, ao longo dos últimos anos, várias propostas de modernização da legislação trabalhista, para adequá-la aos novos padrões de relação entre capital e trabalho e diminuir a intensidade do trabalho informal.

- Aspectos Demográficos

A composição etária da população do país vem se transformando ao longo dos anos, em decorrência da tendência declinante da fecundidade associada à redução da mortalidade. Em 1993, segundo dados do IBGE, a taxa de fecundidade era de 2,6%. Dez anos depois, chegou a 2,1%. Essa progressiva diminuição teve início em meados dos anos sessenta e se intensificou nas duas décadas seguintes, refletindo-se na estrutura etária. Os efeitos dessa evolução podem ser vistos no estreitamento da base da estrutura etária, como observado na figura 5.1.

Erro! Vínculo não válido.

Como visto na figura e com base nos dados do IBGE, em 1993, o grupo etário que tinha mais pessoas era o de 10 a 14 anos; em 1998, os maiores percentuais estavam concentrados nas faixas de 10 a 14 e de 15 a 19 anos; em 2001, o maior era somente o de 15 a 19 anos, mas a sua proporção já começava a diminuir. Em 2003, o grupo etário de 15 a 19 anos ainda era o maior, mas o seu percentual na população continuou em queda, aproximando-se daquele do grupo de 20 a 24 anos.

No outro extremo, a população de 60 anos ou mais de idade continuou crescendo gradativamente: representava 6,4% da população em 1981; subiu para 8,0% em 1993 e chegou a 9,6% em 2003. Em números absolutos, isso significa que, dos quase 174 milhões de pessoas, 16,7 milhões tinham, no mínimo, 60 anos de idade. Em 2002, o número de idosos de 60 anos ou mais de idade já havia superado o de crianças de menos de 5 anos de idade.

Assim, o Brasil passou a apresentar um novo perfil populacional marcado pela desaceleração do crescimento demográfico e pela preponderância da população adulta, com aumento do contingente de idosos. Neste contexto, a interpretação analítica dos dados estatísticos instigam a reflexão sobre os fatores sociais, econômicos políticos e culturais que influenciaram na redefinição do comportamento demográfico no Brasil e suas conseqüências.

Procurando analisar as mudanças na estrutura etária da população brasileira, observa-se os seus reflexos sobre a estrutura ocupacional. De acordo com o IBGE, a relação entre a população compreendida na faixa etária daqueles considerados inativos (0 a 14 anos e 65 anos e mais) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos) permite calcular a "Razão de Dependência". Este é um indicador, em linhas gerais, do peso dos jovens e dos idosos sobre aqueles que, em princípio, deveriam formar a população ativa. Considerando esses dados, verificou-se que em 1991, chegou-se a uma proporção de 65,43% de jovens e idosos em relação às pessoas em idade ativa. Em 1996 essa proporção foi de 58,69%. Isso denota o impacto do processo de estreitamento da base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição da "Razão de Dependência" no Brasil. (Ver Tabela 5.3)

Tabela 5.3 - Razão de dependência da população residente, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2000

Grandes Regiões	Razão de dependência por cor ou raça (%)					
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Brasil	55,0	53,4	44,8	42,6	58,8	62,3
Norte	69,3	68,3	53,3	61,8	70,2	90,2
Nordeste	63,5	65,4	52,1	58,8	63,9	57,1
Sudeste	49,4	49,8	39,4	39,5	51,1	37,7
Sul	50,9	50,8	44,7	44,0	53,6	53,1
Centro-Oeste	51,9	53,1	37,6	42,7	51,8	76,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Como observado, a situação que enfrentamos hoje é um grave problema em relação à mudança na estrutura etária: a necessidade de gerar empregos em um contexto de dificuldades econômicas e desemprego estrutural; e também a urgência de repensar o sistema previdenciário, tendo em vista a questão do envelhecimento da população que amplia o leque de aposentadorias, e o próprio sistema de saúde.

Entretanto, uma questão que agrava ainda mais o quadro e que vem sendo objeto de preocupação crescente por parte dos governos e da sociedade é o desemprego entre os jovens. A taxa de desemprego juvenil tem sido mais alta que a de adultos e idosos de acordo com os últimos estudos realizados no mundo. Mesmo em períodos que apresentam crescimento econômico e queda dos níveis de desemprego global, o desemprego juvenil não diminui pelo menos na mesma proporção.

É nessa faixa etária que se concentra a maior parte das pessoas que procuram incorporar-se ao mercado de trabalho pela primeira vez. Dados do Censo de Ensino Superior, divulgados pelo MEC em 2004, apontam um aumento de 43% nas matrículas em universidades nos últimos anos. Isso significa que 716 mil novos estudantes entraram em uma faculdade pública ou privada desde 1995.

Comparando dados do IBGE de 1989 a 2003, podemos constatar que na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, a quantidade de jovens que ingressaram no mercado de trabalho nos anos 90 (2,3 milhões) é muito similar ao acréscimo no número de jovens desempregados nesse período. Em 1989, havia 1 milhão de jovens desempregados; em 10 anos, esse número pulou para 3,3 milhões²⁵. O desemprego juvenil teve um inchaço de 194,8%, três vezes maior que o aumento do desemprego da população em geral. Ao traçarmos um gráfico dos jovens empregados no Brasil em 10 anos, ele é quase uma

²⁵ Números divulgados pelo IBGE através da PME de dezembro de 2003 (retirado do site do IBGE no link: [Presidência/notícias](#))

linha totalmente horizontal, o número de jovens aumentou, porém o número de jovens empregados se manteve estável. Podemos concluir então, que o desemprego entre eles, aumentou. É como se grande parte dos jovens que ingressaram no mercado de trabalho nesse período tivessem se transformado em desempregados.

Ao considerarmos a importância do desemprego como um dos determinantes da desigualdade e da pobreza, podemos ver que o fato de o desemprego ser elevado entre os jovens certamente contribui para o aumento da desigualdade de renda pessoal, mas talvez possa ter um menor impacto sobre a desigualdade de renda familiar e sobre a pobreza, se levarmos em conta que o jovem tem uma contribuição não muito alta para o orçamento familiar. Porém, hoje em dia, a participação de mais membros no orçamento familiar está sendo observada, e a renda familiar não representa mais apenas os rendimentos do chefe de família, e sim da esposa e dos filhos que trabalham e contribuem para o rendimento mensal em muitos dos domicílios.

Outra possível explicação para essa elevada taxa de desemprego nessa faixa etária seria a alta rotatividade do jovem no mercado de trabalho, uma vez que eles tendem a entrar e sair do mercado de trabalho, devido ao fato de não terem que sustentar outras pessoas, podendo, então, esperar o emprego “certo”.

Em decorrência da enorme oferta por trabalho, as empresas passam a cobrar mais experiência e melhor qualificação. Como há pessoas disponíveis e não há vagas para serem ocupadas, isso gera um acirramento da competição no interior do mercado de trabalho. Os postos de trabalho que eram tradicionalmente ocupados pelos jovens estão sendo hoje ocupados por adultos. É por isso que as empresas dizem que o jovem não tem preparação. Dizem isso porque podem contratar pessoas mais qualificadas, ainda que os postos de trabalho sejam tão simples quanto eram no passado, postos que tradicionalmente eram identificados como de trabalho juvenil.

O desemprego está atingindo principalmente jovens no setor intermediário, na classe média, geralmente jovem de ensino técnico, que era voltado para o setor urbano, para a indústria. Esse foi justamente o setor que mais penalizou o desemprego juvenil nos últimos anos, de acordo com Ramos e Britto (2004). Podemos dizer que o problema do desemprego juvenil no Brasil é estrutural, de escassez de vagas para o contingente de jovens que ingressa periodicamente no mercado de trabalho.

Assim, os jovens estão se preparando cada vez mais antes de entrar no mercado de trabalho. No Brasil, sete de cada dez jovens entre 15 e 24 anos de idade estão no mercado de trabalho (ver tabelas 5.4 e 5.5), enquanto na França, por exemplo, somente

três estão. Outra explicação para o jovem querer ingressar mais cedo no mercado e se qualificar menos é a necessidade de obter renda como forma de sobrevivência. Dessa maneira, o tempo médio do vínculo no emprego é reduzido pois parcela significativa dos jovens ocupa postos de trabalho de baixa qualidade onde é limitada a possibilidade de ascensão profissional e de qualificação, e portanto, existe um menor incentivo do trabalhador em prolongar o vínculo. Além disso, o número de anos de estudos ainda é baixo, mesmo sendo o grupo de idade com mais anos, como vemos na figura 5.2.

Tabela 5.4 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2004

Grupos de idade	População residente								
	Total	Homens	Mulheres	Urbana			Rural		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	182 060 108	88 673 733	93 386 375	151 124 470	72 547 797	78 576 673	30 935 638	16 125 936	14 809 702
0 a 4 anos	14 977 223	7 641 500	7 335 723	11 960 215	6 124 648	5 835 567	3 017 008	1 516 852	1 500 156
Menos de 1 ano	2 807 123	1 416 200	1 390 923	2 232 777	1 135 124	1 097 653	574 346	281 076	293 270
1 a 4 anos	12 170 100	6 225 300	5 944 800	9 727 438	4 989 524	4 737 914	2 442 662	1 235 776	1 206 886
5 a 9 anos	17 323 088	8 833 069	8 490 019	13 877 745	7 075 032	6 802 713	3 445 343	1 758 037	1 687 306
10 a 14 anos	17 043 986	8 669 498	8 374 488	13 588 098	6 845 492	6 742 606	3 455 888	1 824 006	1 631 882
15 a 19 anos	17 763 002	9 000 240	8 762 762	14 539 870	7 273 395	7 266 475	3 223 132	1 726 845	1 496 287
15 a 17 anos	10 742 044	5 456 495	5 285 549	8 755 856	4 419 398	4 336 458	1 986 188	1 037 097	949 091
18 e 19 anos	7 020 958	3 543 745	3 477 213	5 784 014	2 853 997	2 930 017	1 236 944	689 748	547 196
20 a 24 anos	17 051 360	8 407 524	8 643 836	14 364 101	6 973 346	7 390 755	2 687 259	1 434 178	1 253 081
25 a 29 anos	14 848 400	7 214 891	7 633 509	12 597 054	6 042 920	6 554 134	2 251 346	1 171 971	1 079 375
30 a 34 anos	13 784 809	6 582 443	7 202 366	11 727 672	5 518 958	6 208 714	2 057 137	1 063 485	993 652
35 a 39 anos	13 067 868	6 252 246	6 815 622	11 144 141	5 241 090	5 903 051	1 923 727	1 011 156	912 571
40 a 44 anos	12 361 342	5 939 391	6 421 951	10 542 614	4 982 289	5 560 325	1 818 728	957 102	861 626
45 a 49 anos	10 597 041	5 040 117	5 556 924	9 105 444	4 254 081	4 851 363	1 491 597	786 036	705 561
50 a 54 anos	8 799 286	4 145 406	4 653 878	7 436 266	3 440 787	3 995 479	1 363 020	704 621	658 399
55 a 59 anos	6 768 635	3 173 176	3 595 459	5 614 460	2 575 193	3 039 267	1 154 175	597 983	556 192
60 a 64 anos	5 546 577	2 575 151	2 971 426	4 544 871	2 045 909	2 498 962	1 001 706	529 242	472 464
65 a 69 anos	4 383 096	1 928 544	2 454 552	3 618 325	1 526 160	2 092 165	764 771	402 384	362 387
70 anos ou mais	7 733 042	3 267 262	4 465 780	6 453 617	2 625 224	3 828 393	1 279 425	642 038	637 387
Idade ignorada	11 353	3 273	8 080	9 977	3 273	6 704	1 376	-	1 376

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2004.

Atualizado em: 25 de novembro de 2005.

Erro! Vínculo não válido.

Erro! Vínculo não válido.

Além disso, o sistema de ensino das escolas públicas brasileiras ainda deixa muito a desejar e desfavorece o jovem de baixa renda, que não está tão qualificado para ingressar numa boa faculdade como quanto um jovem para quem os pais puderam pagar um ensino particular. Esses, acabam sem nenhuma qualificação e o desemprego é maior entre eles, além de contribuir para o aumento da desigualdade social.

No âmbito internacional, há diversos estudos sobre o desemprego juvenil. Um dos autores que o explica pelo crescimento demográfico é Anne Fisher na revista *Fortune* (2001), com a entrada da geração *baby boom* dos anos 70 no mercado de

trabalho. Ele também aponta como causas a falta de demanda adequada por trabalhadores jovens no mercado de trabalho e a falta de habilidade, incentivo ou aspirações por parte dos próprios jovens.

No Brasil, o mercado de trabalho já se mostra muito flexível, através da alta rotatividade observada e dos elevados índices de informalização. Por outro lado, as contribuições sociais são semelhantes ou até mesmo inferiores à de países competitivos, como os EUA, Japão e os da Comunidade Européia. O custo da mão-de-obra brasileiro é um dos mais baixos comparando-o com os de países em desenvolvimento e até alguns considerados subdesenvolvidos. Além disso, vimos que o desemprego produz problemas sociais, tais como a exclusão social, a desigualdade de renda, aumento do nível de violência e o aumento da pobreza.

Assim, um dos desafios do Governo atualmente é enfrentar o desemprego sem prejudicar muito a taxa de inflação, criando políticas que gerem empregos e renda, melhorem a relação capital – trabalho e dêem condições para mais pessoas participarem do processo produtivo e terem acesso à educação e a melhores postos de trabalho.

CONCLUSÃO

O desemprego é um calcanhar-de-aquiles do governo Lula. Uma de suas promessas de campanha era a criação de 10 milhões de empregos novos em quatro anos – meta que já foi abandonada.

Através desse trabalho, com a evolução histórica econômica brasileira descrita e as estatísticas apresentadas, vimos que essa meta seria impossível de ser alcançada, principalmente com a condução da presente política econômica.

Pudemos constatar isso melhor ainda com a divulgação recente dos dados da PNAD 2004 pelo IBGE no dia 25 de novembro deste ano. Em 2004 foram criados, de acordo com a pesquisa, 2,7 milhões de postos de trabalho, a taxa de desemprego caiu 0,7% em relação ao ano anterior e o rendimento médio do trabalho se manteve estável, como mostra a figura 6.1. Os dados são positivos, porém ainda estão muito aquém da meta defendida por Lula em seus discursos, pois em dois anos de governo foram criados no total 3,7 milhões de postos de trabalho, que estão ainda muito longe dos 10 milhões.

Erro! Vínculo não válido.

A distribuição de renda, que parou de cair desde 1997, é uma aparente boa notícia, porém, conforme divulgado em matéria do Jornal do Brasil²⁶, os especialistas advertem que a distribuição de renda do Brasil ainda é uma das piores do mundo, e se manteve estável pois apesar da renda dos mais ricos ter caído, a dos mais pobres

²⁶ Matéria publicada no Jornal do Brasil – “Brasil, pobre e menos desigual”, publicada em 26 de novembro de 2005 por Sabrina Lorenzi e Ricardo Rego Monteiro.

aumentou, principalmente devido ao aumento do salário mínimo, mas foi a condição que manteve a estabilidade em relação ao ano anterior.

Em relação ao nível de ocupação, este foi o mais alto desde 1996, de acordo com a tabela 6.1.

Erro! Vínculo não válido.

De acordo com a Síntese de Indicadores da PNAD 2004, “na distribuição das remunerações de trabalho, de 2003 para 2004, os 50% dos ocupados com os menores rendimentos tiveram ganho real de 3,2%, enquanto os 50% com os maiores rendimentos apresentaram perda real, ainda que insignificante, de 0,6%.

Em decorrência dessas variações, diminuiu a concentração das remunerações de trabalho, e o índice de Gini 1 da distribuição desses rendimentos atingiu, em 2004, o mais baixo resultado desde 1981 (0,547). O indicador havia sido de 0,600 em 1993 e 0,567 em 1999. A desconcentração também ocorreu para os rendimentos de todas as fontes e para o domiciliar.”

Apesar dos resultados relativamente bons no presente, alguns indicadores nos alertam para um problema grave que se agravará no futuro, o da previdência. Com a divulgação dos dados da pesquisa, o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, destacou que “os dados do IBGE mostram o envelhecimento da população brasileira, o que traz um desafio aos governos de pensar as políticas públicas para previdência a fim de adaptá-las à nova realidade nacional. A pesquisa mostra que os brasileiros com mais de 60 anos eram 6,4% em 1981, passaram a 9,8% do total da população.”²⁷

Através de uma estimativa populacional divulgada pelo IBGE em 01 de julho de 2005, podemos verificar que em poucas décadas, se não houver uma reforma da previdência, teremos uma crise da mesma. As estimativas foram feitas a partir de projeções da pirâmide etária brasileira, comparando as evoluções do passado com a pirâmide atual e a prevista até o ano de 2050, como observamos a seguir.

Erro! Vínculo não válido. Erro! Vínculo não válido. Erro! Vínculo não válido. Erro! Vínculo não válido. Erro! Vínculo não válido. Erro! Vínculo não válido. Erro! Vínculo não válido.

De acordo com a projeção, daqui a 45 anos aproximadamente, o número de idosos no país aumentará aproximadamente em 7 vezes, como mostra a seguinte figura.

Erro! Vínculo não válido.

²⁷ Trecho retirado do site: http://www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/noticias/noticias_2005/051125_paulo_bernardo.htm em 26 de novembro de 2005.

Nesse contexto, há uma tendência para que as pessoas passem a contribuir mais para a previdência até conseguirem se aposentar. Isso faria com que os indivíduos mais velhos ficassem mais tempo trabalhando e contribuindo, o que não seria nada de mal, se tivesse lugar no mercado de trabalho para eles e também para o enorme contingente de jovens que estão entrando. Os jovens de 18 a 24 anos que estariam tentando ingressar no mercado, sem experiência, estariam concorrendo com os mais experientes que não podem se aposentar. Além disso, os indivíduos na faixa de 25 a 49 anos teriam que ser inseridos em um programa de requalificação para continuarem bem no mercado, pois hoje em dia representam a maior porcentagem do número de desocupados, como vemos na figura 6.10.

Erro! Vínculo não válido.

Ou seja, o problema demográfico mais uma vez se refletirá em desemprego, pois os mesmos indivíduos que nasceram nas décadas de 70 e 80, durante o *baby boom*, estarão fazendo parte do grande número de idosos na população.

Portanto, pudemos observar através dos dados extraídos da PNAD, que o aumento da população jovem que está entrando no mercado de trabalho atualmente foi proporcional ao aumento da taxa de desemprego nessa faixa etária. De modo geral, a oferta de postos de trabalho foi insuficiente para absorver o crescimento da população economicamente ativa. Além disso, observamos um aumento das exigências para contratação, como mais experiência e melhor escolaridade, dificultando a inserção de muitos jovens no mercado de trabalho. O problema do primeiro emprego agrava-se ainda mais quando uma parcela significativa de jovens acaba sendo absorvida pelo mercado informal e em postos de trabalho de baixa qualidade.

Frente a esses problemas, uma das propostas apresentadas pelo ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), é desenvolver e implementar estratégias que garantam aos jovens de 18 a 24 anos melhores opções de inserção no mercado de trabalho, através da concessão de incentivos às empresas que criarem vagas para contratação de jovens em busca do primeiro emprego, como também através da garantia de aprendizagem e experiência nesses postos de trabalho. Outra solução de curto prazo seria a implementação de políticas que incentivem o investimento na qualificação profissional e na escolarização dos jovens. Um exemplo dessas seria o programa Primeiro Emprego do governo Lula, que infelizmente não saiu do papel.

Uma solução de longo prazo importante, além de não somente conter a expansão demográfica, se daria através de uma ampla reforma da previdência e melhores

programas de aposentadoria, pois hoje, com o alto grau de informalidade e as atuais condições do sistema previdenciário, o percentual de contribuintes ainda é menor que a metade das pessoas ocupadas. (Ver gráfico 6.1)

Erro! Vínculo não válido.

A queda substancial e a longo prazo da taxa de desemprego depende ainda, do ciclo econômico e da crença de que com o crescimento serão gerados empregos na mesma proporção. É pouco provável que, com a atual conjuntura econômica, essas transformações aconteçam ainda no último ano de mandato do presidente Lula.

BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, Marcelo de Paiva (org.), “A Ordem do progresso”, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.
2. ABREU, Marcelo de Paiva e WERNECK, Rogério L. F., “The Brazilian economy from Cardoso to Lula: An interim view”, PUC-Rio, Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2005.
3. BARROS, Ricardo Paes de, CAMARGO, José Márcio e MENDONÇA, Rosane, “A Estrutura do Desemprego no Brasil”, IPEA, Rio de Janeiro, 1997.
4. CAMARGO, José Márcio (org.), “Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil”, Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.
5. CAMPOS, Roberto de O., "Do outro lado da cerca...", APEC, Rio de Janeiro, 1967.
6. CORSEUIL, Carlos H., GONZAGA, Gustavo e ISSLER, João V., “Desemprego regional no Brasil: uma abordagem empírica”, IPEA – Texto para Discussão Nº 475, Rio de Janeiro, 1996.
7. DIEESE – Banco de Dados Macroeconômico - <http://www.intranet.DIEESE.org.br/bmacro/autentic.html>
8. FISHER, Anne, "The kids are all right", Fortune, vol. 143, New York, EUA, 2001.

9. GARCIA, Márcio G. P., “Vida Longa para o Real”, artigo do Departamento de Economia da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1994. - extraído do site: <http://www.econ.puc-rio.br/Mgarcia/Artigos/VidalongaReal.PDF>
10. GIAMBIAGI, Fábio e MOREIRA, Maurício Mesquita (eds.), “A economia brasileira nos anos 90”, Rio de Janeiro, 1999.
11. GREMAUD, Amaury, VASCONSELLOS, Marco A. Sandoval de e TONETO, Rudinei, “Economia Brasileira Contemporânea”, Ed. Atlas, Rio de Janeiro, 2004.
12. FURTADO, CELSO (1959), “Formação Econômica do Brasil”, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.
13. <http://www.acrj.org.br>
14. <http://www.ibge.gov.br>
15. <http://www.ipeadata.gov.br>
16. <http://www.mte.gov.br>
17. <http://www.planejamento.gov.br>
18. IBGE. PNAD 2003 – Síntese de indicadores
_____. PNAD 2004 – Volume Brasil
_____. Censos demográficos. Rio de Janeiro : IBGE, 1940 a 2000.
_____. Pesquisa Mensal de Emprego (PME): IBGE 2004
19. MATTOSO, Jorge, “O Brasil Desempregado”, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.
20. MTE. CAGED - Dados Mensais
21. RAMOS, Lauro, BRITTO, Marcelo, “O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no Período 1991-2002: Tendências, Fatos Estilizados e Mudanças Estruturais”, IPEA – Textos para Discussão, Rio de Janeiro, 2004.
22. REIS, Maurício Cortez, CAMARGO, José Márcio, “Desemprego dos Jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação”, IPEA – Textos para Discussão, Rio de Janeiro, 2005.